



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 005.013/2025

- 1- DO OBJETO:** O presente termo tem como objetivo o credenciamento de cooperativas de crédito, agências Bancárias e agências de fomento de crédito, com autorização do Banco Central do Brasil-BACEM para operacionalização do programa denominado "JURO ZERO", conforme Lei Municipal 3.458/2025 e Decreto Municipal 048/2025.

ITEM	CÓD	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	QTD	UN.	VL UNIT	TOTAL
1	58459	Credenciamento de Agentes Financeiros, Cooperativas de Crédito, Agências Bancárias e Agências de Fomento, com autorização do Banco Central do Brasil - BACEN, para operacionalização do programa "JURO ZERO", compreendendo a liberação, fiscalização, acompanhamento e cobrança de crédito conforme Lei Municipal n.º 3.458/2025 de 25 de Março de 2025 e Decreto Municipal nº 048 de 01 de Abril de 2025.	1	UN	400.000,00	400.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 400.000,00	

2. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1- O CREDENCIAMENTO será conferido a todos os participantes que:

2.2- Forem considerados habilitados em função de documentação apresentada;

2.3- Cujas Pessoas Jurídicas possuam ramo pertinente ao objeto deste Credenciamento e devidamente habilitados para a prestação dos serviços;

2.4- As propostas, juntamente com os documentos de habilitação, deverão ser protocolados através de Processo Digital, diretamente no site do Município <https://entrieriosdooeste.atende.net/>. Segue o caminho: (autoatendimento >> emissão de protocolo >> assunto: licitações >> subassunto: Chamamento).

2.5- A credenciada deverá observar todas as especificações do programa "JURO ZERO", previstas na lei Municipal 3.458/2025 de 25 de Março de 2025, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 048 de 01 de Abril de 2025, bem como demais disposições deste Termo de Referência.

3. DO REGIME DE EXECUÇÃO - FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1- As credenciadas deverão solicitar documentação necessária para a análise do crédito, além da Declaração de Aptidão, emitida pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico através da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA JURO ZERO DO MUNICÍPIO nomeada pela Portaria nº 033/2025 de 03 de Janeiro de 2025 a ser entregue pelo interessado à credenciada de sua preferência;

3.2- As cooperativas de crédito, agências Bancárias e agências de fomento de crédito credenciadas, deverão enviar para a Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, uma cópia do contrato de todas as operações aprovadas.

3.3- Os juros serão reembolsados para a instituição financeira mediante relatório das operações vigentes e conferência pela Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico através da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA JURO ZERO DO MUNICÍPIO nomeada pela Portaria nº 033/2025 de 03 de Janeiro de 2025, em conta específica fornecida pela instituição credenciada.

3.4 - O relatório para o repasse dos juros deverá ser encaminhado até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês, para a Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, para o e-mail: pm.industriaecomercio@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

3.5- Toda liberação dos créditos será de exclusiva responsabilidade das instituições credenciadas, que promoverão a análise individual dos interessados, respeitando os critérios estabelecidos pelo Poder Público e observada a capacidade de pagamento do tomador;

3.6- As tomadoras de crédito deverão manter conta corrente de acordo com a política e regras da Credenciada;

3.7- A titularidade do direito aos créditos decorrentes do Incentivo Especial temporário, serão dos agentes financeiros financiadores, detentores da legitimidade para sua cobrança e execução;

3.8- É vedado aos agentes financeiros credenciados condicionarem a concessão do crédito vinculado a esta Lei, ao fornecimento ou contratação de qualquer outro produto ou serviço.

3.9- As empresas que forem beneficiadas pelo Programa “JURO ZERO”, poderão ser contempladas novamente somente após a liquidação total das operações já efetivadas que usufruíram do benefício desta Lei.

4. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

4.1. As empresas vencedoras deverão comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, por meio da apresentação dos seguintes documentos, abaixo relacionados:

4.2.

4.2.1. Habilitação jurídica:

- 4.2.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.2.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 4.2.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.2.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.2.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.2.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.2.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

4.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 4.2.2.1. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.2.2.2. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.2.2.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.2.2.4. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.2.2.5. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.2.2.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 4.2.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
- 4.2.2.8. Requerimento de Credenciamento, conforme Anexo I
- 4.2.2.9. Preenchimento do documento "Formulário de Dados", conforme modelo preestabelecido (Anexo II);
- 4.2.2.10. Declaração de Situação de regularidade, conforme Anexo III.
- 4.2.2.11. Declaração de Responsabilidade Trabalhista, conforme Anexo IV.

4.2.3. Qualificação Econômico-Financeira.

- 4.2.3.1. certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

5.1- O Município irá disponibilizar o valor total máximo de operações referente ao pagamento de juros no valor de R\$ **400.000,00 (Quatrocentos mil reais)**

5.2- Havendo mais de uma credenciada, a seleção do contratado ficará a cargo do beneficiário direto e a soma dos juros gerados pelas operações de todas as credenciadas não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso anterior.

5.3- Faculta ao município majorar os valores previstos no inciso 5.1, mediante aditivo amparado por Lei Municipal.

5.4- Este credenciamento não obriga o Município a conceder a totalidade do recurso previsto no inciso 5.1 em cartas de aptidão, observada a sua disponibilidade financeira e orçamentária.

6. DOS EMPRÉSTIMOS

5.1- Toda análise, tramitação e aprovação dos créditos, exceto a concessão da carta de aptidão, serão de responsabilidade exclusiva das credenciadas sejam cooperativas de crédito, agências Bancárias e/ou agências de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

fomento de crédito, considerando os critérios definidos na Lei Municipal nº 3.458/2025, observada a capacidade de pagamento da beneficiada;

5.2- As operações de crédito não contarão com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do Poder Público;

5.3- Conforme art. 4º, § 6º e § 7º da lei 3.458/2025, o município de Entre Rios do Oeste-PR, em hipótese alguma, poderá ser responsabilizado pelo crédito tomado em caso de inadimplemento da beneficiada.

5.4- O prazo máximo de prestações subsidiadas pelo Município será de até 36 (trinta e seis) meses; incluído o período de carência conforme art. 5º da lei 3.458/2025. Sendo obrigatoriamente 3 (três) meses de carência mais 33 (trinta e três) parcelas fixas, conforme previsto no artigo 20 do Decreto 048/2025.

6. DAS TAXAS DE JUROS:

6.1- Conforme Art. 5º da Lei Municipal 3458/2025, § 3º, que estabelecido como limite de juros o percentual, conforme segue:

Art. 5º Fica estabelecido como limite de juros o percentual de até 1,8 % (um vírgula oitenta por cento) ao mês nas operações de crédito subsidiadas pelo Município, não podendo ultrapassar o prazo de 36 (trinta e seis) meses, incluído o período de carência.

[...]

§ 3º Decreto do executivo poderá regulamentar percentual de juros, limitado ao previsto no caput deste artigo.

6.2 – Considerando o § 3º da presente Lei, a Administração poderá anualmente regulamentar o percentual de juros através de Decreto do executivo, onde poderá ocorrer termo aditivo com a credenciada, afim de atualização.

6.3- Conforme Decreto Municipal nº 048/2025, o Município subsidiará até 1,80% (uma vírgula oitenta por cento) ao mês, de juros ordinários, das operações de crédito;

6.4- Os juros serão apenas os ordinários, decorrentes do contrato da beneficiada com o agente financeiro contratado, observado o estabelecido na Lei Municipal nº 3.458/2025.

6.5- Os juros e multas para contratos inadimplidos deverão estar expressos no instrumento contratual e poderão ser no máximo de:

I. juros de mora: Juros pactuados acrescido de 1% (um por cento) mensal;

II. multa: 2% (dois por cento) sobre a parcela vencida, mensal;

6.6- Os Agentes Financeiros poderão prever a cobrança de até 1,5% (uma vírgula cinco por cento) do valor do crédito contratado, a título de custos operacionais, encargos financeiros, tarifa de abertura de crédito (TAC) ou comissão de garantia, os quais não integram os percentuais previstos no artigo 5º da Lei 3.458 de 25 de Março de 2025 e deverão ser assumidos pela empresa beneficiada considerados como sua contrapartida na execução do programa;

6.7- Os juros subsidiados pelo Município serão calculados pelo método da tabela Price, com taxas pré-fixadas, ficando a cargo do tomador beneficiário os valores oriundos de qualquer outra forma de cálculo;

6.8- As despesas de IOF (Imposto sobre Operação Financeira) ou qualquer outro tributo existente são de responsabilidade do tomador do crédito, considerado também como contrapartida na execução do programa.

6.9- Fica vedada na contratação a cobrança de tarifas, taxas ou qualquer outro valor, independentemente da nomenclatura por parte do Agente Financeiro credenciado, além das autorizadas na presente Lei 3.458 de 25 de Março de 2025.

6.10- É vedado aos agentes financeiros credenciados condicionarem a concessão do crédito vinculado a esta Lei, ao fornecimento ou contratação de qualquer outro produto ou serviço.

7. DOS INVESTIMENTOS, VALORES E LIMITES:

7.1- O Município subsidiará os juros para um valor máximo de captação observado os limites por categoria, que seguem: Os valores disponíveis são os seguintes:

I. até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para MEI - Microempreendedor Individual, conforme artigo 4º, inciso I da lei 3.458 de 25 de Março de 2025;

II. até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para Microempresa e Empresas de Pequeno Porte conforme artigo 4º, inciso II da lei 3.458 de 25 de Março de 2025;

III. até R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) para Empresa de Pequeno Porte conforme artigo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

4º, inciso III da lei 3.458 de 25 de Março de 2025;

7.2- Os empréstimos contraídos pelas empresas beneficiadas poderão se destinar a:

- I. investimento fixo na totalidade da operação;
- II. investimento fixo e capital de giro associados, na razão de, no mínimo 60% (Sessenta por cento) para investimento fixo e no máximo 40% (Quarenta por cento) para Capital de Giro.

7.3- Considera-se investimento fixo aquele utilizado para: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, softwares, sistemas de automação, reformas e construções (materiais de construção e/ou mão de obra), veículos utilitários, sistemas de energia solar, entre outros bens e serviços que agreguem capital ao patrimônio da beneficiada em conformidade com seu ramo de atividade e necessidade apresentada.

7.4- O investimento deverá ser condizente com o ramo de atividade da beneficiária autorizada pelo alvará de funcionamento e/ou CNAE ativo;

7.5- Os créditos para a aquisição de veículos utilitários ficam condicionados que os mesmos sejam licenciados em nome do beneficiário (Pessoa Jurídica), bem como empregado na atividade desenvolvida pelo beneficiário.

8. DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES PARA OBTENÇÃO DO SUBSÍDIO:

8.1- Os interessados em obter o fomento Do Programa “JURO ZERO” deverão formalizar o interesse na instituição credenciada, mediante apresentação da declaração de aptidão fornecida pelo Município de Entre Rios do Oeste-PR através da secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico a qual será emitida pela COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA JURO ZERO DO MUNICÍPIO nomeada pela Portaria nº 033/2025 de 03 de Janeiro de 2025, descritivo detalhado do investimento a ser realizado pela empresa requerente deferidas pelo Município e os documentos que forem solicitados pela credenciada;

8.2- Os critérios, modalidade e valores, respeitado o limite da Declaração de Aptidão, a serem disponibilizados para as beneficiadas, ficarão sobre responsabilidade total do agente financeiro contratado, respeitando os critérios definidos na Lei Municipal 3.458/2025.

8.3- Mediante atendimento dos requisitos e análise da comissão para aprovação do beneficiário, a Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico emitirá uma Declaração de Aptidão ao Programa que deverá ser apresentada à Instituição Financeira da preferência do interessado para solicitação do crédito;

8.4- A emissão da Declaração de Aptidão ao Programa não obriga as Instituições Financeiras a concederem o crédito;

8.5- Toda análise, tramitação e aprovação dos créditos serão de responsabilidade exclusiva da Instituição Financeira credenciada, considerando os critérios definidos na Lei Municipal nº 3.458/2025, e observada a capacidade de pagamento da beneficiada;

8.6- As Instituições Financeiras terão o prazo de até o último dia de validade da declaração de aptidão para a análise do crédito e emissão do contrato, a partir da entrega, pelos interessados, de toda documentação solicitada;

8.7- O vencimento das parcelas do crédito deverá ser para o dia 15 (quinze) de cada mês, sendo prorrogado no primeiro dia útil subsequente na hipótese de inexistência de expediente bancário para esta data;

8.8- A empresa beneficiada com o programa “JURO ZERO”, deverá manter o empreendimento em pleno funcionamento, durante o período de vigência do contrato, sob pena de cessar o subsídio dos juros repassados pelo Município;

8.9- As tomadoras de crédito, beneficiadas com a Lei Municipal nº 3.458/2025, deverão manter conta corrente de acordo com a política e regras da Instituição Financeira credenciada;

8.10- Os créditos contraídos com a finalidade de investimento deverão ser usados somente com o objetivo de realizar investimento na atividade desenvolvida pelo beneficiário.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1- O pagamento/depósito dos juros subsidiados pelo Município será efetuado até o dia 15 de cada mês e somente será realizado mediante encaminhamento do relatório que contenha a relação das operações liberadas e as correspondentes parcelas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

9.2- O relatório para o repasse dos juros deverá ser encaminhado até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês, conforme modelo anexo, no serviço de protocolo do município ou pelo e-mail: pm.industriaecomercio@hotmail.com

9.3- Confirmado o depósito que trata o inciso anterior, a credenciada deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, realizar a transferência para conta dos beneficiários o valor correspondente à parcela do mês de competência, para débito da mesma e emitirá relatório de prestação de contas destas transferências, que será enviado com o relatório para pagamento do mês subsequente de que trata o Art. 12 do Decreto Municipal nº 048/2025.

9.4- A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA JURO ZERO DO MUNICÍPIO ficará responsável por conferir o relatório citado no subitem 9.2 e realizar a conferência da regularidade fiscal das empresas tomadoras de crédito constantes no relatório.

9.5- Fica estipulado como prazo máximo o dia 10 de cada mês para que as empresas tomadoras de crédito apresentem a regularidade fiscal, sob pena de não receber os juros devidos da parcela correspondente conforme informações constantes no relatório mensal.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1- Acrescentamos ainda que para fazer face à despesa acima, indicamos os recursos orçamentários previstos na seguinte dotação:

Ação: 2156 - PROGRAMA JURO ZERO

Funcional Programática: 13.001.0023.0691.0041.2156

Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Orçado
783	3336045 - Subvenções econômicas	1505	R\$ 400.000,00

11. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1- Conforme Art. 5º. Do Decreto 11.878 de 09 de janeiro de 2024, o credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital.

11.2- As Instituições Financeiras credenciadas deverão iniciar o recebimento de propostas para utilização de recursos do Programa em até 01 (um) dia da assinatura do contrato, sob pena de descredenciamento.

11.3- As credenciadas não poderão permanecer inertes, sem linhas de crédito disponível, por um período superior a 30 (trinta) dias, contados da data da última liberação de crédito, sob pena de descredenciamento e multa contratual.

11.4- O contrato terá vigência enquanto perdurar o prazo de responsabilidade do Município em realizar o pagamento das parcelas com os juros subsidiados.

11.5- O presente contrato poderá ser alterado, conforme hipóteses previstas na lei federal 14.133/21, por Termo Aditivo.

11.6- O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

12.1- Fica designado como gestor do Contrato, ao servidor Laudemir Clóvis Kist, para que promova todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste termo, em especial:

a. propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b. encaminhar o fato à deliberação superior, com vistas a oficiar aos órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário;

c. receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

d. promover o adequado encaminhamento, à unidade competente, das ocorrências contratuais constatadas ou registradas pelo fiscal para fins de aplicação de penalidades e demais medidas pertinentes;

e. manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

f. propor medidas que melhorem a execução do contrato.

12.2- Caberá ao fiscal do contrato, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

a. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b. Acompanhar e fiscalizar os serviços, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua prestação e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para a fiel execução dos serviços durante toda a vigência do Contrato;

c. sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços, obras ou equipamentos, que estejam em desacordo com as especificações técnicas, e as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições de produtos em desconformidade com o solicitado;

d. conferir a execução do objeto contratual, por ocasião da entrega das notas fiscais ou equivalentes, devendo aferir a prestação dos serviços, quando executado satisfatoriamente, para fins de pagamento;

12.3- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

12.5- Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

a. efetuar o pagamento dos juros das operações, calculados em conformidade com a Lei 3.458/2025 e regulamentada através do Decreto Municipal nº 048/2025 e alteração por meio do pagamento das parcelas iniciais do empréstimo, limitado ao valor dos juros ordinários apurados na operação de crédito liberada pelo agente financeiro credenciado, com o benefício do Programa Juro Zero;

b. dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Contrato;

c. receber o objeto desse contrato nas condições avençadas.

d. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste termo de credenciamento, bem como, todas as condições e obrigações dispostas no Termo de Referência, anexo I do edital.

e. Conferir, vistoriar e aprovar os serviços entregues pela **CREDENCIADA**.

f. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da prestação dos serviços e das demais cláusulas deste termo de credenciamento

g. Comunicar por escrito a **CREDENCIADA**, sobre as possíveis irregularidades na prestação dos serviços para adoção de providências a fim de sanar os problemas eventualmente ocorridos.

h. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CREDENCIADA**.

i. Determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias e fiscalizar a perfeita execução dos procedimentos.

14- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A. Atender no prazo exato da execução dos serviços composto no contrato;

B. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

C. Responsabilizar-se por danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;

D. Manter contatos com o **CONTRATANTE**, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- E.** Guardar completo sigilo com relação às informações obtidas no desenvolvimento das atividades, objeto desta contratação, sendo vedada sem autorização por escrito, a divulgação de quaisquer dados relativos ao objeto do presente contrato;
- F.** Após a liberação do crédito, a Instituição credenciada deverá encaminhar mensalmente, até o primeiro dia útil de cada mês, à Secretaria competente, conforme modelo a ser disponibilizado, relatório contendo a relação de operações liberadas e a correspondente parcela para que o Município realize os depósitos na conta indicada pela credenciada.
- G.** Caso a Instituição credenciada não cumpra com os prazos estabelecidos, neste edital e na Lei nº 3.458/2025, Decreto nº 048/2025, a credenciada não poderá cobrar eventuais juros e multas de mora pelo atraso ocasionado.
- H.** A contratada deverá emitir, junto com o contrato da operação, demonstrativo do montante de juros gerados pela operação, em conformidade com o previsto na Lei Municipal 3.458/2025, contendo o cálculo do quantitativo de parcelas relativas aos juros a serem absorvidos pelo Município, observada a equação que levará em conta o prazo, carência, valor do crédito e taxa de juros do contrato.
- I.** Fiscalizar a correta utilização dos recursos liberados, informando imediatamente, por escrito, o Município, qualquer irregularidade constatada.
- J.** Encaminhar ao Município, mediante protocolo ou via e-mail para o endereço pm.industriaecomercio@hotmail.com, cópia das notas fiscais e demais comprovantes do investimento realizado, exceto do capital de giro, bem como o cronograma de execução previstos nos parágrafos 1 e 2 do Art. 15 da Lei Municipal 3.458/2025, acompanhados de requerimento de análise e aprovação assinado pelo beneficiário da operação.
- K.** Os investimentos constantes do item anterior deverão ser compatíveis com o descritivo detalhado apresentado, juntamente com a Declaração de Aptidão, no momento da solicitação do crédito.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA:

15.1 O Município deixará de reembolsar as parcelas correspondentes aos juros subsidiados, observado o contraditório, ampla defesa e o devido processo legal, a partir da verificação de:

- A.** inatividade do beneficiário no Município de Entre Rios do Oeste-PR;
- B.** se constatado a qualquer tempo o desvio de finalidade do recurso contratado, não aplicação do valor liberado, utilização a menor, apresentação de notas fiscais que não condizem com o investimento realizado;

15.2- Qualquer encargo oriundo de inadimplemento da tomadora do crédito com a Instituição Financeira credenciada será de responsabilidade exclusiva da mesma, não podendo o Município ser responsabilizado pela inadimplência do financiamento;

15.3- É vedada a utilização de recursos obtidos com este programa em investimentos alheios às atividades empresariais/profissionais;

15.4 Os beneficiários, deverão entregar na Sala do Empreendedor junto à Associação Comercial e Empresarial - ACIER, situada na Rua Osvaldo Schaefer, nº 583, centro, ou enviar via aplicativo de Whatsapp, (contato da sala do empreendedor), até o dia 10 de cada mês, as certidões negativas Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista e FGTS, da pessoa jurídica, além da Certidão Negativa Municipal do (s) sócio (s) da empresa sob pena de ser indeferido o subsídio do referido mês e exclusão do programa quando a regularidade tratada neste artigo não for comprovada por 03 (três) meses consecutivos.

15.5- A partir da regularização das pendências a tomadora do crédito retomará os benefícios previstos na Lei Municipal nº 3.458/2025;

15.6- As empresas beneficiadas do programa não terão direito ao recebimento dos juros retroativos ao período em que permanecer inadimplente com o Município.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

16.1- O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 137 da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

16.2- A contratada reconhece os direitos da contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138 da Lei nº 14.133/21.

16.3- A rescisão do contrato poderá ser:

- a. Por ato unilateral nos casos específicos;
- b. Consensual, por acordo das partes;
- c. Judicial, nos termos da legislação.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

17.1- Como condição de classificação poderá o Senhor Agente de Contratação promover, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/21 diligências que entender necessárias.

17.2- Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas da contratação em pauta deverão ser solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

Entre Rios do Oeste-PR em 16 de abril de 2025.

JAIR BOKORNI
Prefeito